



Cadernos de História da Educação, v.24, p.1-5, e2025-15, 2025
ISSN: 1982-7806 (on-line)

<https://doi.org/10.14393/che-v24-e2025-15>

RESENHAS

Estado, política e educação no contexto sociocultural oitocentista

State, politics and education in the 19th century socio-cultural context

Estado, política y educación en el contexto sociocultural del siglo XIX

Lucas José Magalhães Alves

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0001-7657-1246>

<http://lattes.cnpq.br/4624948340652997>

lucasmagalhaesalves@hotmail.com



NOGUEIRA, Vera Lúcia (Org.). *Estado, política e educação no contexto sociocultural oitocentista*. São Carlos: De Castro, 2022.

Recebido: 14/10/2024

Aprovado: 23/02/2025

O livro “Estado, política e educação no contexto sociocultural oitocentista” reúne estudos na História da Educação que problematizam as práticas educativas, tanto escolares quanto não escolares, no percurso do século XIX, com enfoque espacial na província de Minas Gerais. A organização é da Profa. Dra. Vera Lúcia Nogueira, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NEPHE) e docente na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais, espaços onde as seis pesquisas dispostas na obra se deram. É primoroso observar que a perspectiva da Ciência Aberta (*Open Science*)¹ perpassa o projeto do livro, dada a disponibilização gratuita da obra em formato digital no *site*² da Editora “De Castro”.

No conselho editorial promovido pela “De Castro” há professores de importantes Universidades sediadas em Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rondônia, São Paulo e Tocantis, garantindo notável qualidade acadêmica ao livro frente ampla comunicação entre pares. Comunicação que similarmente ocorre no prefácio da obra, escrito pelo Prof. Dr. José Gonçalves Gondra, que é titular na Universidade Estadual do Rio de Janeiro e há anos investiga o ensino oitocentista do Brasil. Para ele, “tudo é bom de ser lido nesse livro”, algo que denota o “compromisso do grupo com a ciência, com a educação e sua história, bem como com a difusão qualificada do que se produz na Universidade Pública” (Gondra, 2022, p.13).

No texto de apresentação, a Profa. Vera Nogueira comunica que a execução do projeto do livro pautou-se, em especial, nos desafios historiográficos³ enfrentados nos últimos anos pela História da Educação e nos esforços que vem ocorrendo no campo e visibilizam estudos sobre iniciativas públicas e privadas de instrução e de educação. Nessa ordem, a instrução e a educação do povo oitocentista do Brasil são compreendidas tanto como ação social e política moralizante alicerces na construção do Estado Imperial e na sustentação do Governo Constitucional, quanto como meios engajadores de práticas e de representações de ensejos de sujeitos em prol da modernização cultural do país. Assente nisso, os argumentos na obra assumem “a formação como *acontecimento* profundamente relacionado a ações mais amplas de *governo das multidões*, pensando as medidas ativadas e desativadas no jogo complexo das articulações entre disciplina e biopolítica” (Gondra, 2022, p.11 – grifos do autor).

Em acordo com a boa prática acadêmica, os seis trabalhos disponíveis em “Estado, política e educação no contexto sociocultural oitocentista” amplamente divulgam as fontes históricas – como periódicos, livros didáticos, legislações e atas de reuniões – e os acervos físicos e digitais que articulam. Essas divulgações, ressaltamos, não se baseiam em descrições ou em referências bibliográficas simples e puras, mas vão além e desencadeiam reflexões acerca do manuseio de acervos e de fontes históricas como documentos-monumentos que cientificamente, seja no aparato físico ou na materialidade dos *bits*, carecem de críticas e de análises antes de quaisquer constatações.

¹ A Ciência Aberta ou *Open Science* é um movimento mundial que busca tornar o conhecimento científico aberto, acessível e compartilhado entre a comunidade científica e a sociedade como um todo. Isso facilita a cooperação, reutilização de dados e inclusão de todas as partes envolvidas, promovendo o avanço mais rápido da ciência e trazendo maiores benefícios para a sociedade. (Universidade do Estado de São Paulo, 2024)

² Estado, política e educação no contexto sociocultural oitocentista. **Editora de Castro**, 2024. Disponível em: www.editoradecastro.com.br/produto/estado-politica-e-educacao-no-contexto-sociocultural-oitocentista/. Acesso em: 10/07/2024

³ Sobre as reformulações em volta dos sujeitos, dos objetivos e dos temas, bem como os desafios enfrentados pela História da Educação desde a segunda metade do século XX, ver: Galvão; Lopes (2010)

As reflexões na obra partem da História cultural, social e/ou política versando, em especial, sobre a História do livro didático, dos intelectuais, da formação dos sentidos e das sensibilidades, das mulheres e dos métodos de ensino. À vista disso, ratifiquemos: ao passo que dispõem de tantas sistematizações acerca do fazer científico atual na História da Educação, os seis textos inéditos disponíveis posicionam a obra como sublime ferramenta de reflexão a pesquisadores – sejam experientes ou jovens – interessados na educação e na instrução oitocentista de Minas Gerais e do Brasil.

Dalvit Greiner de Paula abre a coletânea com o texto “Escola Brasileira: o livro didático de Cairu” compreendendo o lugar e a função do livro didático “Escola Brasileira ou Instrução Útil a todas as classes” (1827) no ensino oitocentista do Brasil. Em suas considerações, percebe que, no insipiente mercado editorial da época, a obra contou com boa aceitação frente às suas propostas de formação da mocidade por meio da escola e da educação pública com base em hábitos e em costumes engendrados em grande parte da sociedade. Hábitos e costumes esses também integres aos projetos do autor de “Escola Brasileira”, José da Silva Lisboa (1756-1835), vulgo Visconde de Cairu, o qual percebia na tríade “fé apostólica católica romana”, “ordem social” e “liberdade consoante à lei” as bases de um ideal para alcance de uma educação moral da sociedade brasileira. Por conseguinte, Dalvit evidencia o estudo de obras pedagógicas como algo complexo (mas não impossível, observemos) ao exigir compreensões de contextos, sujeitos, usos, produções e afins.

Após, Tainah Fernandes Texeira Lessa dispõem o trabalho “O ordenamento e a educação dos sentidos e das sensibilidades do cidadão do Império: Mariana (MG)” debatendo sobre ordenamentos advindos a partir da Independência do Brasil (1822) e seu reflexo, ainda que implícito, na educação dos sentidos e das sensibilidades na região de Mariana. Via robusta reflexão teórica, situa “ordenamentos” como procedimentos da natureza cultural humana e, em mesma ordem, como “vicissitudes inatas aos processos sociais que implicaram nas especificidades do ordenamento do Império brasileiro” (Lessa, 2022, p. 78). Seguindo essa lógica, Tainah mostra-nos que ordenamentos, enquanto fontes, não evidenciam plenamente como se deu algum processo educativo, no entanto são suficientes para dar luz a expectativas e a projetos de educação e de Brasil existentes num tempo-espço. Em vista disso, a autora capta que, desde a Colônia, ordenamentos deliberados na e pela Câmara Municipal de Mariana à própria região e às demais localidades sob sua responsabilidade legal tenderam a promover uma educação que orientasse os corpos de crianças e de jovens mediante atuação em seus sentidos e mobilização de suas sensibilidades rumo à ordem, à obediência às leis e aos modos de estar e de agir em coletividade.

O terceiro texto é “Os castigos escolares em Minas Gerais (1835 a 1867)”, de Juliana Caires Pereira, que, coerente ao título, tematiza os castigos aplicados na educação na província mineira. Em diálogo com a Filosofia, a História e a História da Educação, a autora situa “punição” em salas de aula como um “castigo pedagógico” com cerne nas práticas próprias do sistema que perpassa o Império, isto é, do sistema escravocrata e paternalista aspirante da obediência e da servidão. Segundo Juliana Pereira, as legislações oficiais oitocentistas, tanto mineiras quanto brasileiras, refletem a lógica de um projeto civilizador que progressivamente sugere a substituição de castigos físicos nas salas de aula visando novas práticas entre professores e alunos. Porém, tal “abrando” não foi totalmente aplicado, vide que fontes acerca dos cotidianos das salas de aula informam rotineiramente acerca de punições – como a palmatória – no correr de todo período oitocentista em Minas Gerais. Logo, assim como em Tainah Lessa, o texto de Juliana Pereira alerta-nos sobre os cuidados necessários no manuseio de documentos oficiais para leituras na História da Educação.

Na sequência, em “Educação e cultura filantrópica na província de Minas (1865-1879)” Leandro Carvalho Silva estuda as possíveis relações entre o discurso da filantropia e o desenvolvimento da instrução em Minas Gerais. Ao articular especialmente periódicos, o autor percebe a filantropia como íntegra de um expansivo projeto para o alcance da higiene, da limpeza e da ordem nas cidades, enraizando nos imaginários do período distinções entre o que seria elite (abastados, bacharéis...) e povo (desafortunados, vadios, trabalhadores do rural...). Com base nisso, Leandro evidencia que adultos e jovens analfabetos constantemente são referenciados nas fontes como “povo”, lhes condicionando como um dos principais públicos-alvo da filantropia e da instrução, justificadas como atos de bondade e de controle social rumo ao progresso cultural e político do estado e da nação. É válido observar que o texto integra resultados da dissertação do autor, o qual, por esse motivo, gentilmente expõe suas experiências no adentro na História da Educação e revela lacunas existentes sobre a temática investigada, posicionando o texto como possível aparato aos ainda iniciantes nos estudos sobre a educação e a instrução do Brasil e das Minas Gerais oitocentistas.

Em “Representações sobre as mulheres e instrução pública feminina no século XIX”, o quinto trabalho da coletânea, Ana Paula Martins de Melo discute algumas representações sobre a mulher mineira no século XIX na relação com a instrução escolar. Nota que debates em volta do gênero (biológico) perpassam o período oitocentista, produzindo distinções culturais. Em jornais e revistas, por exemplo, a autora observa disputas entre mulheres, que introduzem seus debates intelectuais, e homens, que expõem quais papéis o feminino deveria ou não assumir no período oitocentista. Similarmente, percebe em relatórios do presidente da província de Minas Gerais que, no século XIX, mulheres progressivamente ocupam cargos de professoras no ensino elementar, embricadas em uma sociedade que nelas creditava a função de mãe e, por conseguinte, como o gênero biológico de frente para a formação de crianças, tidas como “o futuro de um país em construção” (Melo, 2022, p.182). Todo o rol evidencia o processo, mesmo que lento, de compreensão política, social e cultural da mulher como cidadã, o que melhor se desdobra na primeira metade do século XX.

Vera Lúcia Nogueira fecha a obra. Em “Um professor de ensino mútuo na administração provincial oitocentista” analisa a atuação de Herculano Ferreira Penna, no contexto do jogo político imperial, destacando as características e estratégias de sua administração e o tratamento conferido à instrução pública nas províncias por ele administradas. As fontes centrais são relatórios de presidentes durante a instalação das Assembleias legislativas nas regiões onde Herculano Penna atuou entre 1842 e 1863. Em estudo prosopográfico, a autora denota Herculano Penna (1811-1867) como político de maior estabilidade como presidente no Império, pois administrou 40% das províncias brasileiras (Minas Gerais, Grão Pará, Espírito Santo, Pernambuco, Maranhão, Amazonas, Bahia e Mato Grosso), o que lhe proporciona engajamentos diversos numa gama de redes e de projetos intelectuais no Brasil oitocentista.

A educação e a instrução pública estão em voga nos engajamentos de Herculano devido sua trajetória político-profissional iniciar “como professor de ensino mútuo” (Nogueira, 2022, p.195) e em Sociedades liberais moderadas. Isso previamente lhe assegura experiências acerca do “manejo da pena e da lei e das negociações políticas” (Nogueira, 2023, p.199). Quando na burocracia, Herculano jogou o jogo político, indo “de liberal a conservador tanto quanto necessário” (Nogueira, 2022, p.205), sendo publicamente reconhecido como um imparcial político. O projeto de educação engajado pelo sujeito voltou-se à “preparação das crianças para se tornarem úteis para si e para a sociedade” (Nogueira, 2023, p.210). Para ele, os pais deveriam ser os responsáveis por enviar os filhos às escolas de primeiras letras, cabendo coerções legais na ocorrência do não cumprimento da ordem. Também percebia como condições urgentes para a melhoria da educação e da instrução a regulamentação, a capacitação de mestres, melhor remuneração e fim da vitaliciedade; além da promoção da melhoria material das escolas.

Fica evidente que um dos objetivos da organizadora foi conceder uma leitura fluida da obra. Isso, frente à promoção e, por conseguinte, à seleção de pesquisas e de pesquisadores que comunicam entre si ao lançarem mão de objetos, de sujeitos e de abordagens coerentes ao atual constructo científico ingresso na História da Educação brasileira e, bem assim, perceberem a educação e a instrução oitocentista como algo complexo resultante de sociabilidades, de projetos e de engajamentos, por vezes, dispares nos detalhes.

Referências

GONDRA, José. Prefácio. In: NOGUEIRA, Vera Lúcia (Org.). *Estado, política e educação no contexto sociocultural oitocentista*. São Carlos: De Castro, 2022.

LESSA, Tainah Fernandes Teixeira. O ordenamento e a educação dos sentidos e das sensibilidades do cidadão do Império: Mariana. In: NOGUEIRA, Vera Lúcia (Org.). *Estado, política e educação no contexto sociocultural oitocentista*. São Carlos: De Castro, 2022.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Território plural: a pesquisa em história da educação*. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010.

MELO, Ana Paula Martins de. Representações sobre mulheres e instrução pública feminina no século XX. In: NOGUEIRA, Vera Lúcia (Org.). *Estado, política e educação no contexto sociocultural oitocentista*. São Carlos: De Castro, 2022.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. Um professor mútuo na administração provincial oitocentista. In: NOGUEIRA, Vera Lúcia (Org.). *Estado, política e educação no contexto sociocultural oitocentista*. São Carlos: De Castro, 2022.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. O que é ciência aberta? *Ciência Aberta USP*, 2024. Disponível em: <https://cienciaaberta.usp.br/sobre-o-projeto/>. Acesso em: 12/10/2024.